

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 27ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 31/03/2022

Relação dos Membros dos Plenários – Presentes	
Entidade	Nome
AAMHOR	Miguel Madalena Milinski
ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão Carlos Miguel Veríssimo Santana Junior
AFOCAPI	José Rodolfo Penatti
ASSEMAE	Marco Antonio dos Santos Maria das Graças Martini Hugo Marcos Piffer Leme Paulo Roberto Szeligowski Tinell
BIOSS	Sidney José da Rosa
CETESB	José Ferreira Assis
CIESP – DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno
CIESP – DR Campinas	Jorge Antônio Mercanti
CIESP – DR Indaiatuba	Alexandre Luis Almeida Vilella
FIESP	Homero Scarso
CIESP – DR Piracicaba	Jonas Vitti
CIESP – DR Limeira	Francisco Carlos Castro Lahóz
Consórcio PCJ	Felipe Gobet de Aguiar
DAEE	Laene Fonseca Vilas Boas
FIEMG	Rodrigo Hajjar Francisco
Fórum das Américas	Rafael Jó Girão
IPSA-C	Raquel Junqueira Costa
Instituto Agir Ambiental	Thiago Figueiredo Santana
IEF	Francisco Antônio Moschini
IGAM	Rolando Piaia Júnior
INEVAT	Claudinei Soares Gonçalves
Rotary International - D4621	Carlos Cesar Gimenez Zappia
Polícia Militar de Minas Gerais	Saulo Tarsis Paiva Vieira
P.M. de Americana	Martim de França Silveira Ribeiro
P.M. de Camanducaia	Petrus Bartholomeus Weel
P.M. de Jundiá	Thomas Antônio Capeletto de Oliveira
P.M. de Holambra	
P.M. de Itatiba	

P.M. de Itupeva	Jair Gomes de Souza
P.M. de Mogi Mirim	Evandro Antonio Trentin
P.M. de Piracicaba	Luciano Santos Tavares de Almeida
P.M. de Saltinho	Aline Maria Leite de Moraes
P.M. de Salto	Emivan Fernandes Balleiro
P.M. de Toledo	Damião Aparecido do Couto
P.M. de Vinhedo	Dario Pacheco de Moraes
SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo Maurício Polezi
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Denis Herisson da Silva
Secretaria da Fazenda e Planejamento	Flávio Makoto Hashimoto
Secretaria de Logística e Transportes	Augusto Olavo Leite
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	André Luiz Sanchez Navarro Caroline Túbero Bacchin
Secretaria da Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica (SNSH/MDR)	Roseli dos Santos Souza
Sindicato Rural de Campinas	Luiz Fernando Amaral Binda
Sindicato Rural de Limeira	Nilton Piccin
Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi
UNICA	André Elia Neto
Relação dos Membros dos Plenários com Ausência Justificada	
Entidade	Nome
AEAN	Edmo José Stahl Cardoso
Secretaria de Esportes	Solange Guerra Bueno
CETESB	Maria da Penha de Oliveira Alencar
P.M. de Saltinho	Hélio Franzol Bernardino
P.M. de Itupeva	Marco Antonio Marchi
SABESP	Antônio Carlos Teixeira

Ao trigésimo primeiro dia do mês de março de 2022, por meio de videoconferência, foi realizada a 27ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), registrando-se a participação de 119 (cento e dezenove) pessoas, entre representantes dos municípios, das organizações civis, dos usuários de recursos hídricos, dos Governos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, e do Governo Federal, conforme “Relação dos Membros dos Plenários - Presentes” apresentada acima e do público em geral, registrados por meio de manifestação de presença realizada no chat da plataforma de videoconferência utilizada. **1. Abertura.** A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros do CBH-PCJ, do PCJ FEDERAL e do CBH-PJ1 por meio de mensagem eletrônica em 11/03/2022. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que cumprimentou a todos e informou sobre a existência de quórum nos três comitês para o início da reunião. Na sequência, o Sr. André passou a palavra, para saudações iniciais, ao Sr. Luciano Santos Tavares de Almeida, Prefeito de Piracicaba e Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que cumprimentou e desejou uma excelente reunião a todos. Posteriormente, o Sr. Sidney José da Rosa, representante da Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana (BIOSS) e 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL e Presidente do CBH-PJ1; a Sra. Roseli dos

Santos Souza, representante da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica do Ministério do Desenvolvimento Regional e 3ª Vice-presidente do PCJ FEDERAL; a Sra. Laene Fonseca Vilas Boas, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e Vice-presidente do CBH-PJ1; e o Sr. Marco Antonio dos Santos, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE) Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, que cumprimentaram a todos e desejaram um excelente trabalho. Na sequência, o Sr. André passou a palavra para a Sra. Tainá Lima de Moura, analista técnica da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Fundação Agência das Bacias PCJ, que apresentou as orientações para conduta das reuniões por videoconferência e informou que a reunião seria gravada para posterior confecção da ata. Dando sequência, o Sr. André apresentou a pauta da reunião e sugeriu no item 3.7 – “Outros Assuntos” incluir a apreciação da minuta de deliberação que aprova o Plano de Trabalho Anual – exercício 2022 e o Relatório de Atividades Anual – exercício 2021, do CBH-PCJ, em atendimento ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Após a apresentação da pauta e proposta de inclusão, o Sr. André questionou aos membros se havia alguma consideração sobre seu conteúdo. Não havendo manifestações contrárias, a pauta contendo a alteração proposta foi considerada como aprovada por

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 27ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 31/03/2022

65 unanimidade, dando-se início aos trabalhos. 2. **Informes. 2.1. Diretoria dos Comitês PCJ:** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL informou que: a) Em atendimento às exigências do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), todos os novos membros dos Comitês PCJ deverão passar por capacitação. Informou também, que a Deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH-SP) nº 248, de 18/02/2021, que aprovou a revisão da metodologia de distribuição de recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), estabeleceu indicadores relativos à capacitação dos membros dos comitês de bacias hidrográficas. A capacitação poderá ser realizada, entre outras estratégias, por meio dos cursos gratuitos oferecidos pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), disponíveis por meio do link (<https://capacitacao.ead.unesp.br>). O Sr. André comunicou aos membros dos Comitês PCJ, que após a realização de cursos de capacitações e participação em eventos, devem encaminhar para a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ os certificados para registro em banco de dados, através do e-mail (se.pcj@comites.baciaspcj.org.br); b) Foi elaborado pela Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Fundação Agência das Bacias PCJ o Relatório de Atividades dos Comitês PCJ, que apresentou as principais atividades realizadas pelos Comitês PCJ e suas respectivas Câmaras Técnicas, no exercício 2021. O Relatório será encaminhado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), protocolizado no Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e está disponível para consulta no site dos Comitês PCJ através do link (https://drive.google.com/file/d/1LY2ALSJHSuh1_PQt_sCel3NHYqdL51r7v/view); c) O Relatório de Execução do Plano de Aplicação Plurianual PAP-PCJ 2021 a 2025, para o exercício de 2021 (Relatório PAP-PCJ – exercício 2021) foi apreciado e aprovado durante a 12ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ, realizada em 21/02/2022, por videoconferência. Posteriormente, o relatório foi apreciado na 84ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, realizada em 04/03/2021, por videoconferência na qual foi aprovado. Além dos instrumentos financeiros, o Relatório traz a avaliação das ações do PAP e do Plano de Execução Orçamentária Anual das Bacias PCJ – POA-PCJ para o exercício 2021 e evidências da execução dos programas. O Relatório encontra-se disponível para acesso no site da Fundação Agência das Bacias PCJ; d) Em 12/11/2021, a CT-PL criou o Grupo de Trabalho GT-Ajuste PAP 2023-2025 para discutir o processo de revisão do PAP-PCJ com vistas à inclusão/remanejamento de recursos de investimento

120 para o período de 2023 a 2025. Serão realizadas reuniões nos dias 03 e 13/05/2022 para avaliação da proposta em elaboração pela Fundação Agência das Bacias PCJ. Serão alocados recursos supervenientes da Cobrança PCJ Federal da ordem de aproximadamente R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais). O assunto será apreciado nas próximas reuniões da CT-PL e dos Plenários previstas para ocorrer no mês de junho; e) Foi constituído, na 84ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, realizada em 04/03/2022, por videoconferência, o Grupo de Trabalho GT-Eleições 2023. O GT tem por objetivo elaborar o edital para o processo eleitoral dos Comitês PCJ, para o mandato 2023-2025; f) Ocorreu em 16/03/2022, por videoconferência, reunião regional no âmbito do processo de consulta pública do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE-SP) junto ao CBH-PCJ. A reunião contou com a participação de aproximadamente 120 (cento e vinte) pessoas. O material apresentado segue disponível para consulta pública e coleta de propostas e contribuições no site do ZEE-SP. A gravação da reunião poderá ser acessada no canal do YouTube da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA); g) O Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ1), na porção mineira, instalado em 27/03/2008, comemorou mais um aniversário de instalação. Já são 14 (quatorze) anos de atuação na gestão dos recursos hídricos. O Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ FEDERAL), instalado em 31/03/2003, comemorou seu aniversário de 19 (dezenove) anos de instalação e atuação nas Bacias PCJ. O Sr. André parabenizou e agradeceu a todos envolvidos nesses anos de história e trabalho voltado para o gerenciamento dos recursos hídricos nas Bacias PCJ; e h) A 85ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ está programada para ocorrer em 03/06/2022 às 9:00 horas, por videoconferência e a 25ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1) está programada para ocorrer em 26/06/2022, às 9:00 horas, também por videoconferência. O Sr. André solicitou aos membros que reservem a data em suas agendas de trabalho. **2.2. da Fundação Agência das Bacias PCJ:** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, passou a palavra para o Sr. Sérgio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, que cumprimentou a todos e informou que: a) A Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA analisou o nível de execução do Programa de Trabalho do Contrato de Gestão sobre o qual a Entidade Delegatária elabora. As notas foram apuradas com base nos indicadores, objetivos específicos e respectivas fórmulas de avaliação do Programa de Trabalho. A avaliação do Relatório de Gestão da Fundação Agência das Bacias

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 27ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 31/03/2022

PCJ obteve nota 9,3 e grau de desempenho (conceito) ótimo. Na sequência, a Sra. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, Diretora Técnica da Fundação Agência das Bacias PCJ, informou que: b) O lançamento da Aplicação Web Proteção de Mananciais PCJ, uma capacitação realizada nos municípios prioritários nas classes 5 (muito alta) e 4 (alta) para esclarecimentos sobre o acesso e formas de utilização da plataforma. Foram realizados nos meses de fevereiro e março de 2022, 05 (cinco) oficinas de capacitação, totalizando o atendimento a 28 (vinte e oito) municípios; c) O Projeto Nascentes Analândia, na microbacia do Córrego Cavalheiro, se realizou a restauração ecológica com o plantio de espécies arbóreas nativas e manutenção das áreas plantadas. Em seguida, o Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ, informou que: d) Em 28/03/2022 ocorreu a 14ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal e em 30/03/2022 ocorreu a 14ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo. Nas duas reuniões os assuntos discutidos foram a aprovação do Relatório de Atividades e demonstrações contábeis do exercício 2021 da Fundação Agência das Bacias PCJ; e) Apresentou o Relatório Institucional da Fundação Agência das Bacias PCJ, exercício 2021, o qual está disponível no site da Fundação Agência das Bacias PCJ.

2.3. Membros dos Plenários: O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, passou a palavra para o Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), que informou que o Sr. Maurício de Oliveira, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE) esteve presente no 9º Fórum Mundial da Água, que ocorreu entre os dias 21 a 26 de março, em Dacar, no Senegal. O Consórcio PCJ participou, por videoconferência, da Reunião Estatutária da Rede Internacional dos Organismos de Bacias (RIOB). Durante o evento, o Consórcio PCJ inseriu o Brasil como pré-candidato a receber a edição da Assembleia Geral da RIOB, em 2027. A Assembleia Geral acontece a cada três anos para promover o intercâmbio técnico e institucional entre organismos de bacias do mundo todo. A cada edição, o evento busca mostrar as experiências exitosas em gestão de recursos hídricos do país anfitrião, além de promover a política pública integrada e participativa para a gestão das águas. Na sequência, o Sr. Francisco informou que em 30/03/2022 foi encaminhado aos municípios associados Ofício SE nº 040/2022, com Orientações para o Enfrentamento da “Estiagem 2022” e Sugestões de Ações de Contingenciamento e Resiliência Hídrica. Em seguida, o Sr. Francisco relatou sobre a importância de discutir o estágio das obras das barragens Pedreira e Duas Pontes, além do apoio ao Departamento de Águas e Energia

Elétrica (DAEE) em reforçar junto à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) a necessidade do Governo Estadual em incluir recursos financeiros para garantir a construção do Sistema Adutor Regional PCJ (SAR-PCJ). Na sequência, o Sr. André passou a palavra para a Sra. Roseli dos Santos Souza, representante da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica do Ministério do Desenvolvimento Regional e 3ª Vice-presidente do PCJ FEDERAL, que informou que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) criou em 2021 um Grupo de Trabalho para definição de critérios para a declaração de situação crítica de escassez hídrica e demonstrou interesse em ouvir os Comitês PCJ para colher subsídios para o desenvolvimento dos trabalhos. Também, parabenizou a Fundação Agência das Bacias PCJ pela elaboração do Relatório Institucional, referente ao exercício 2021. Em seguida, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Hugo Marcos Piffer Leme, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), que informou que nos dias 09 a 13 de maio de 2022 ocorrerá o 50º Congresso Nacional de Saneamento da ASSEMAE, em Porto Alegre/RS. Na sequência, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Rodrigo Hajjar Francisco, representante do Fórum das Américas, que informou que ocorreu a mudança da sede do XXIV Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB) para a cidade de Foz do Iguaçu/PR, a ser realizado entre os dias 22 a 26/08/2022. Informou também que nos dias 16 e 17/02/2022 ocorreu a 1ª Reunião Ordinária do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH), em Campinas/SP, onde foram discutidos, entre outros assuntos, o Projeto de Lei (PL) nº 4546/2021, que institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, dispõe sobre a organização da exploração e da prestação dos serviços hídricos e altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.

3. Assuntos a deliberar. 3.1. Aprovação da ata da 26ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), realizada em 10/12/2021, por videoconferência. O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, questionou aos membros sobre a necessidade de leitura da minuta de ata da 26ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), realizada em 10/12/2021, por videoconferência. A leitura foi dispensada por unanimidade e o Sr. André abriu a palavra para manifestações sobre seu conteúdo. Não havendo manifestações, o conteúdo da minuta foi colocado em votação, sendo aprovada por unanimidade.

3.2. Apreciação de minuta de deliberação que aprova o Relatório Final e o Relatório Síntese do Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Jundiá. O Sr. André Luiz Sanchez Navarro,

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 27ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 31/03/2022

representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que a minuta de deliberação em discussão trata da aprovação do Relatório Final e o Relatório Síntese do Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Jundiá (PDM-BHJ). O PDM-BHJ constitui estudo de caráter regional, com propostas de ações e diretrizes gerais referentes à macrodrenagem na Bacia Hidrográfica do Rio Jundiá (BHJ), com foco no controle de inundações urbanas, elaboradas com o objetivo de subsidiar a elaboração e a revisão de Planos Municipais de Drenagem nos 11(once) municípios com área inserida na BHJ, bem como a atuação de órgãos gestores e licenciadores na emissão de outorgas e licenças para ações relacionadas à essa temática nesta região. O estudo teve início em 2018 (Contrato nº 056/2018), contrato firmado entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e a empresa Profill Engenharia e Ambiente S.A., referente à "Elaboração do Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Jundiá – PDM-BHJ", com a utilização de recursos financeiros advindos da Cobrança PCJ Federal. Em seguida, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Sidnei Agra, representante da Profill Engenharia e Ambiente S.A. que realizou uma breve apresentação sobre o PDM-BHJ, abordando os seguintes pontos: a) o objetivo geral do PDM-BHJ foi reduzir progressivamente a frequência, intensidade e gravidade das ocorrências de enchentes, caracterizar as causas das inundações ocorridas nas zonas urbanas dos municípios localizados na região e apresentar propostas de implantação de ações estruturais e não estruturais para o controle de cheias nas áreas urbanas; b) os objetivos específicos foram realizar o levantamento de dados e informações necessários para caracterizar e diagnosticar os problemas relativos aos processos de formação das cheias na BHJ e seus impactos nos municípios, prognóstico e planejamento com horizonte de 20 (vinte) anos. Também viabilizar a definição de diretrizes gerais de caráter regional e orientar, futuramente, a elaboração (ou revisão) de Planos Diretores Municipais de Macrodrenagem, adequados à realidade de cada município da BHJ; c) os trabalhos foram desenvolvidos em quatro etapas, a saber: Etapa 1 - tratou da organização e planejamento dos trabalhos; Etapa 2 - tratou do levantamento de dados e informações; Etapa 3 - tratou do prognóstico para as ações imediatas, estruturais e não estruturais, e seus respectivos planos de ações; e Etapa 4 - tratou sobre audiência pública e aprovação do relatório; d) coleta de informação foi realizada, dentre vários mecanismos, através de visita e levantamento de dados de campo aos 11 (onze) municípios, resultando na coleta de 300 (trezentos) seções de controle, 122 (cento e vinte e duas) confluências e 68 (sessenta e oito) travessias ao longo do Rio Jundiá; e) análise dos dados de monitoramento hidrológico foi realizada a partir dos dados pluviométricos e fluviométricos obtidos da BHJ; f)

diagnóstico foi realizado através de simulação hidrológica. Para a simulação foi levantada a caracterização fisiográfica da BHJ (áreas de contribuição e uso do solo). A média do coeficiente *Curve Number* (CN) utilizado foi de CN=82,2. Para todas as sub-bacias contribuintes do Rio Jundiá foram aplicadas quatro fórmulas distintas para o cálculo do tempo de concentração. O modelo *Hydrologic Modeling System* (HEC-HMS) foi utilizado para a simulação hidrológica; g) os resultados da simulação hidrodinâmica das manchas de inundação para a calha do Rio Jundiá foram agrupados por tempo de retorno de 10 (dez) anos; h) no diagnóstico também foi avaliado a condição atual da BHJ - realizou uma análise comparativa dos níveis de cheia e das travessias ao longo do rio, verificado quais estruturas o nível de cheia estava acima da cota do topo da travessia (falhas). No total de 68 (sessenta e oito) travessias, em apenas 11 (onze) não ocorreram falhas, sendo que em 4 (quatro) o nível de cheia atinge a estrutura; i) foram apresentados os níveis de criticidade das sub-bacias do Rio Jundiá, classificadas em mais críticas - 5 (cinco), em situação de alerta - 17 (dezessete), e em situação confortável - 10 (dez); j) o prognóstico da BHJ apresentou o cenário futuro de ocupação da bacia, realizado a partir das projeções populacionais estimadas para o ano de 2040, e a partir dele, foi revisada a simulação hidrológica das 32 (trinta e duas) sub-bacias. Também foi realizada uma nova simulação hidrodinâmica ao longo da calha do Rio Jundiá, representando os possíveis acréscimos causados nas manchas de inundação de diferentes tempos de retorno, em virtude da mudança no uso e ocupação do solo da bacia; k) no plano de ação foram expostos os programas a serem implementados na BHJ. Os programas são os estudos e ações complementares de médio e longo prazo, recomendados com o objetivo de melhorar as deficiências identificadas durante o seu desenvolvimento. Os 8 (oito) programas propostos foram: Programa para construção de reservatórios de amortecimento de cheias; Programa de aumento da capacidade de condução de escoamento da calha do Rio Jundiá; Programa de manejo de drenagem sustentável; Programa de monitoramento hidráulico hidrológico, previsão, alerta e resposta; Programa de educação ambiental; Programa de medidas de fiscalização e controle; Programa de estruturação do setor de drenagem urbana e Programa de elaboração de Planos de Drenagem Municipal; e l) detalhou os principais aspectos de cada um dos programas e ações propostas, seus respectivos custos e cronograma operacionais para a sua implantação. Na sequência, o Sr. André ressaltou a importância do respectivo estudo para a drenagem urbana das Bacias PCJ e informou que os trabalhos foram acompanhados pelo Grupo Técnico de Acompanhamento (GTA) composto por técnicos dos municípios envolvidos, Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA), Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), Departamento de Águas e Energia

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 27ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 31/03/2022

Elétrica (DAEE) e demais outros envolvidos com a temática. Informou também que em outubro de 2021 ocorreu a Audiência Pública sobre a apresentação do Relatório Final e Relatório Síntese do PDM-BHJ. Em seguida, o Sr. André abriu a palavra para manifestação dos membros presentes e passou a palavra para o Sr. Petrus Bartholomeus Weel, representante da Prefeitura de Holambra e Coordenador-adjunto da Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN), que recomendou a avaliação das características do solo quanto ao escoamento superficial e infiltração para os próximos estudos. Reforçou a importância da implantação de medidas para o controle de erosão e assoreamento na área rural, como a realização e manutenção das curvas de nível, reflorestamento e conservação das estradas rurais. Não havendo mais manifestações, o Sr. André submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 402/22, de 31/03/2022, que aprova o Relatório Final e o Relatório Síntese do Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Jundiá, e dá outras providências, à votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **3.3. Apreciação de minuta de deliberação que aprova a transferência de recursos financeiros do FEHIDRO, oriundos da cobrança paulista pelo uso dos recursos hídricos, da subconta do CBH-PCJ para a subconta do CBH-SMT, para a contratação de empreendimento de interesse regional.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que no ano de 2016, no âmbito da elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos 2016-2019, o Grupo de CBHs da Bacia do Rio Tietê, formado pelas Secretarias Executivas dos CBHs Alto Tietê (AT), Sorocaba e Médio Tietê (SMT), Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ), Tietê-Jacaré (TJ), Tietê-Batalha (TB) e Baixo Tietê (BT) e pelas diretorias das Fundações Agências de Bacias Hidrográficas instaladas na região (FABH-AT, FABH-SMT e Agência das Bacias PCJ), apresentou propostas de ações integradas. Após reuniões conjuntas dos CBHs envolvidos foi aprovado o “Plano de Ações Coletivas e Solidárias dos Comitês de Bacias Hidrográficas da Bacia do Rio Tietê”. Em 2021, foi instituído 6 (seis) Grupos de Trabalho (Barragens, Monitoramento, Plano, Agências de Bacias, Comunicação e Pesquisas) que discutiram os encaminhamentos relativos à execução das ações conjuntas previstas no Plano de Ações Coletivas e Solidárias e no Plano Estadual de Recursos Hídricos 2020-2023. As 2 (duas) ações que prosperaram para a elaboração de Termo de Referência foram: i) “Contratação de empresa para execução de serviços de assessoria de imprensa”, que será indicada e executada pela Fundação Agência das Bacias PCJ, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais); e ii) “Contratação de empresa para a elaboração de estudo visando a definição de diretrizes técnicas e estratégicas institucionais para

subsidiar a integração do planejamento das Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs) da Bacia do Rio Tietê”, que será indicada e executada pela FABH-SMT, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). O grupo aprovou um critério de rateio, referente à divisão do valor total estimado para a execução de cada ação, na proporção de 30% (trinta por cento) para o CBH-AT, de 30% (trinta por cento) para o CBH-PCJ, de 10% (dez por cento) para o CBH-SMT, de 10% (dez por cento) para o CBH-TJ, de 10% (dez por cento) para o CBH-TB e de 10% (dez por cento) para o CBH-BT. Os empreendimentos foram incluídos no Plano de Ação e Programa de Investimentos – PA/PI 2020 a 2023 dos 06 (seis) CBHs da Bacia do Rio Tietê. O Sr. André informou que a referida minuta de deliberação trata da aprovação da transferência de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) da subconta do CBH-PCJ para a subconta do CBH-SMT, destinada ao repasse de recursos para o custeio da execução de ação indicada. Após a explanação, o Sr. André abriu para manifestações e passou a palavra para o Sr. Francisco Antônio Moschini, representante do Instituto Estudos Vale do Tietê (INEVAT) e Coordenador-adjunto da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ, que explanou seu agradecimento pelo trabalho conjunto realizado na Bacia do Rio Tietê. Dando prosseguimento e não havendo mais manifestações, o Sr. André submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 403/22, de 31/03/2022, que autoriza a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, oriundos da cobrança paulista pelo uso dos recursos hídricos, da subconta do CBH-PCJ para a subconta do CBH-SMT, para a contratação de empreendimento de interesse regional e dá outras providências, à votação, sendo aprovada por unanimidade. **3.4. Apreciação de minuta de deliberação que aprova o Plano de Aplicação de Recursos da Cobrança pelo Uso da Água em Rios de Domínio do Estado de São Paulo referente ao exercício de 2022.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explanou que a Deliberação do Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (COFEHIDRO) nº 213, de 31/01/2020, estabelece que os Comitês de Bacias Hidrográficas devem aprovar seus respectivos Planos Anuais de Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos de domínio do Estado de São Paulo até o final do mês de abril do exercício a que se refere. O referido plano formaliza a previsão de arrecadação da Cobrança PCJ Paulista para o exercício 2022 e os ajustes da receita para investimento do ano anterior. O Sr. André informou que em decorrência da alteração do Agente Financeiro, do Banco do Brasil para Desenvolve SP, houve um atraso no envio dos dados referentes à arrecadação da cobrança paulista dos meses de outubro, novembro e dezembro de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 27ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 31/03/2022

525 2021. Ressaltou também que houve a necessidade de
registro, no Plano de Aplicação de Recursos da
Cobrança, para o exercício 2022, sobre a transferência
de recursos financeiros entre os Comitês de Bacias
Hidrográficas da Bacia do Rio Tietê, destinadas à
530 execução de empreendimentos de interesse regional
previstos no Plano Estadual de Recursos Hídricos –
PERH 2020 a 2023. O Anexo I da minuta de deliberação
corresponde aos quantitativos da receita com a
totalização da disponibilidade para investimento; o
535 Anexo II corresponde às despesas de custeio para 2021
e o Anexo III corresponde à memória de cálculo de
investimento contemplando os empreendimentos
financiados com recursos da Cobrança PCJ Paulista para
apurar eventuais saldos de contratos a serem utilizados
540 no exercício subsequente. Após as explicações, o Sr.
André abriu a palavra para manifestação dos membros
presentes e não havendo, submeteu a minuta de
Deliberação dos Comitês PCJ nº 404/22, de 31/03/2022,
que aprova o Plano de Aplicação de Recursos da
545 Cobrança pelo Uso da Água em Rios de Domínio do
Estado de São Paulo, na área das bacias hidrográficas
dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Cobrança PCJ
Paulista – exercício 2022, à votação, a qual foi aprovada
por unanimidade. **3.5. Apreciação de minuta de**
550 **deliberação que reti-ratifica a Deliberação dos**
Comitês PCJ nº 361/21, de 30/03/2021, que aprova o
Planejamento Anual de Atividades dos Comitês PCJ
referente ao exercício de 2021. O Sr. André Luiz
Sanchez Navarro, representante da Secretaria de
555 Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de
São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ
FEDERAL, explanou que o Contrato de Gestão nº
033/2020/ANA, celebrado entre a Fundação Agência
das Bacias PCJ e a Agência Nacional de Águas e
560 Saneamento Básico (ANA), com interveniência dos
Comitês PCJ, estabelece que anualmente a Fundação
Agência das Bacias PCJ deve elaborar o Planejamento
Anual de Atividades (PAA) do Comitê de Bacia
Hidrográfica (CBH) e de suas instâncias, conforme as
565 diretrizes do planejamento estratégico e em
conformidade com as orientações dos plenários e
diretoria dos Comitês PCJ. O PAA e seu respectivo
Relatório Anual de Atividades (RAA), que aferirá os
resultados do PAA, inserem-se no âmbito do Indicador
570 1 do Contrato de Gestão mencionado, o qual diz respeito
à aferição do número de eventos e de reuniões realizados
pelos Comitês PCJ para o exercício subsequente
conforme planejamento. A Deliberação dos Comitês
PCJ nº 361/21, de 30/03/2021, aprova o PAA dos
575 Comitês PCJ para o ano de 2021, com o total de 87
(oitenta e sete) reuniões/eventos planejados. Diante do
exposto, o Sr. André informou que a minuta de
deliberação que reti-ratifica a Deliberação dos Comitês
PCJ nº 361/21, de 30/03/2021 tratou-se da correção do
580 Anexo da Deliberação dos Comitês PCJ nº 361/21,
referente a quantificação total dos eventos/reuniões
planejados no período de 2021. Erroneamente foi

registrado um número total inferior de reuniões/eventos
planejados, sendo necessário a correção de 87 (oitenta e
585 sete) para 88 (oitenta e oito) reuniões/eventos. Após os
esclarecimentos, foi aberta a palavra para manifestações
dos presentes e não havendo, submeteu a minuta de
Deliberação dos Comitês PCJ nº 361/21, de 30/03/2021,
reti-ratificada em 31/03/2022, que aprova o
590 Planejamento Anual de Atividades dos Comitês PCJ
para o ano de 2021, à votação, sendo aprovada por
unanimidade. **3.6. Apreciação de minuta de**
deliberação que aprova o Relatório Anual de
Atividades – RAA dos Comitês PCJ referente ao
595 **exercício de 2021.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro,
representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio
Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-
executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou
que a presente minuta de deliberação tratou da
600 aprovação do Relatório Anual de Atividades (RAA). No
âmbito do Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA,
celebrado entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e a
Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
(ANA), com interveniência dos Comitês PCJ, estabelece
605 que a Fundação Agência das Bacias PCJ deve elaborar,
anualmente, o Relatório Anual de Atividades - RAA,
contendo descrição e avaliação acerca da execução do
Planejamento Anual de Atividades – PAA, observando
o conteúdo mínimo estabelecido no item 5, do Anexo I,
610 do referido contrato. Após a explanação, foi aberta a
palavra para as manifestações dos presentes e do Sr.
André passou a palavra para o Sr. Osman Fernandes da
Silva, representante da Agência Nacional de Águas e
Saneamento Básico (ANA), que informou que o
615 Indicador 1 do Contrato de Gestão tem a finalidade de
avaliar a capacidade de planejamento institucional de
cada comitê, tendo em vista dessa forma a entidade
delegatária ter mais previsibilidade em relação às
reuniões que ocorrerão ao longo do ano. O Sr. Osman
620 acrescentou que o RAA é um elemento que visa o
planejamento e a aferição da capacidade de
planejamento dos comitês. Na sequência, o Sr. André
passou a palavra para Sérgio Razera, Diretor-presidente
da Fundação Agência das Bacias PCJ, que enfatizou aos
625 coordenadores das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ
sobre a importância do planejado e a execução das
reuniões e eventos de acordo com o previsto. Dando
prosseguimento e não havendo mais manifestações, o
Sr. André submeteu a minuta de Deliberação dos
630 Comitês PCJ nº 405/22, de 31/03/2022, que aprova o
Relatório Anual de Atividades – RAA dos Comitês PCJ,
referente ao exercício 2021, à votação, sendo aprovada
por unanimidade, a ser encaminhada para a Agência
Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). **3.7.**
635 **Apreciação de minuta de deliberação que aprova**
Plano de Trabalho Anual – exercício 2022 e Relatório
de Atividades Anual - exercício 2021, do CBH-PCJ,
em atendimento ao Programa Nacional de
Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas
640 **– PROCOMITÊS, da Agência Nacional de Águas e**

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 27ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 31/03/2022

645 **Saneamento Básico – ANA.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explanou que em função da adesão dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado de São Paulo ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), os comitês de bacias deverão cumprir a meta do Programa referente a

650 Componente I – Funcionamento dos comitês de bacias hidrográfica, que trata sobre a aprovação, pelos comitês de bacias, de Plano de Trabalho Anual (PTA) e de Relatório Anual de Atividades (RAA). O Plano de Trabalho Anual do CBH-PCJ – exercício 2022 e o

655 Relatório de Atividades Anual do CBH-PCJ – exercício 2021 foram apreciados pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, respectivamente, durante a 83ª Reunião Ordinária, realizada em 10/11/2021, e a 84ª Reunião Ordinária,

660 realizada em 04/03/2022, ambas por videoconferência. Na referida minuta de deliberação consta no Anexo I o Plano de Trabalho Anual contendo o planejamento das atividades previstas para o exercício 2022 e no Anexo II

o Relatório Anual de Atividades, referente ao exercício 665 2021. Após a explanação, foi aberta a palavra para manifestações dos presentes. O Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da Associação Amigos do Horto Florestal Navarro de Andrade (AAMHOR) questionou quanto à repetição das ações descritas nos Anexos I e II

670 da referida minuta de deliberação. Em seguida, o Sr. André explicou que o Anexo I trata sobre o planejamento dos trabalhos para o ano de 2022 e o Anexo II trata sobre o relatório das atividades realizadas em 2021. Na sequência e não havendo mais

675 manifestações, o Sr. André submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 406/22, de 31/03/2022, que aprova Plano de Trabalho Anual - exercício 2022 e Relatório de Atividades Anual - exercício 2021, do CBH-PCJ, em atendimento ao Programa Nacional de

680 Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas - PROCOMITÊS, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, à votação, sendo aprovada por unanimidade. **4. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, o Sr. André agradeceu a participação

685 de todos e, com a autorização dos Presidentes dos Comitês PCJ, deu por encerrada a reunião.

SIDNEY JOSÉ DA ROSA

Presidente do CBH-PJ1 e 1º Vice-presidente
do PCJ FEDERAL

LUCIANO SANTOS TAVARES DE ALMEIDA

Presidente do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL

DAMIÃO APARECIDO DO COUTO

Secretário-executivo do CBH-PJ1

ANDRÉ LUIZ SANCHEZ NAVARRO

Secretário-executivo do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL